



---

**PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 085/2026

**INTERESSADO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO XINGU.

**ASSUNTO:** PREGÃO ELETRÔNICO SRP.

**OBJETO:** Aquisição de insumos laboratoriais.

**I- RELATÓRIO**

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade a aquisição de insumos laboratoriais, mediante licitação pública na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento menor preço por item, conforme justificativa e especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Edital e seus anexos.

Conforme consta dos autos, a demanda foi instaurada pelo Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Xingu, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, visando atender às necessidades do Hospital Municipal de Vitória do Xingu/PA e assegurar a continuidade dos serviços laboratoriais, indispensáveis ao acompanhamento, prevenção, diagnóstico e tratamento dos usuários do Sistema Único de Saúde.

O valor total estimado da contratação, conforme pesquisa preliminar e mapa de preços acostados ao procedimento, corresponde a R\$ 886.245,62 (oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Foram encaminhados para análise desta Assessoria Jurídica, dentre outros documentos que instruem o feito:

- Documento de Formalização da Demanda;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Termo de Referência;
- Pesquisa preliminar e mapa de preços;
- Termo de Autuação;
- Despacho de disponibilidade orçamentária;
- Autorização de abertura do procedimento licitatório;
- Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio;
- Minuta do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 9.2026-022-FMS e seus anexos, inclusive minuta da Ata de Registro de Preços e instrumento contratual, quando cabível.

É a síntese do necessário.

**II- APRECIÇÃO JURÍDICA**

**Finalidade e abrangência do parecer jurídico**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o art. 53, incisos I e II, da Lei nº



**ESTADO DO PARÁ**  
**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Assessoria Jurídica do Município**

14.133/2021, não abrangendo, portanto, juízos de conveniência e oportunidade, nem a análise técnica ou mercadológica do objeto, salvo quando tais aspectos apresentarem reflexos jurídicos relevantes.

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

*§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá: I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.*

Como se pode observar, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência de análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, em regra, os aspectos técnicos, mercadológicos, orçamentários ou de conveniência administrativa, os quais se presumem avaliados pelos setores competentes.

Nesse sentido, presume-se que as especificações técnicas contidas no processo, inclusive quanto ao detalhamento dos insumos laboratoriais, quantitativos, unidades de fornecimento, valores estimados, parâmetros de pesquisa de preços e requisitos de execução, foram regularmente estabelecidas pelo setor competente, com base em critérios técnicos e nas necessidades da rede municipal de saúde.

Registra-se, ainda, que eventuais recomendações formuladas nesta manifestação possuem natureza preventiva e orientativa, cabendo à autoridade competente, no âmbito de sua discricionariedade administrativa, avaliar sua pertinência e providenciar os ajustes que entender necessários à adequada condução do certame.

### **Da fase preparatória, do planejamento e da instrução processual**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a fase preparatória do processo licitatório deve ser compatível com o planejamento da Administração e contemplar, entre outros elementos, a descrição da necessidade da contratação, a definição do objeto, o orçamento estimado, a modalidade licitatória, o critério de julgamento, o modo de disputa, a análise dos riscos, o termo de referência e a minuta do edital.

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.*

No caso concreto, verifica-se que o procedimento foi instruído com Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços, mapa de apuração de valores, dotação orçamentária, autorização da autoridade competente, autuação e minuta de edital, demonstrando a existência de planejamento prévio para a deflagração do Pregão Eletrônico SRP nº 9.2026-022-FMS.

O Documento de Formalização da Demanda indica a necessidade de aquisição de insumos laboratoriais para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde,



especialmente para manutenção da rotina de exames e serviços laboratoriais vinculados ao Hospital Municipal de Vitória do Xingu/PA.

O Estudo Técnico Preliminar, por sua vez, apresenta a descrição da necessidade, a justificativa da contratação, os benefícios esperados, os requisitos da solução, a estimativa do objeto e a indicação da adequação da contratação para atendimento do interesse público, evidenciando a importância dos insumos laboratoriais para continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos de saúde.

Do mesmo modo, o Termo de Referência delimita o objeto, descreve os itens a serem adquiridos, estabelece quantidades, unidades de medida, valor estimado, dotação orçamentária, forma de fornecimento, obrigações das partes, critérios de aceitação, gestão/fiscalização e demais condições necessárias à execução do objeto.

Assim, no tocante aos documentos de planejamento mencionados no edital e nos autos, observa-se que o DFD, o ETP e o Termo de Referência guardam pertinência com o objeto licitado e demonstram a necessidade administrativa de aquisição dos insumos laboratoriais, cabendo ao setor técnico assegurar a compatibilidade das especificações e quantitativos com a demanda real da unidade requisitante.

### **Do Termo de Referência**

O Termo de Referência é documento indispensável à contratação de bens e serviços comuns, devendo conter parâmetros suficientes para a identificação do objeto, sua fundamentação, forma de execução, critérios de medição e pagamento, estimativa de preços, adequação orçamentária e condições de seleção do fornecedor.

*Art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021: termo de referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter parâmetros e elementos descritivos suficientes à definição do objeto, sua fundamentação, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e adequação orçamentária.*

No presente caso, o Termo de Referência identifica como objeto o fornecimento de insumos laboratoriais, descrevendo os itens que compõem a planilha, com indicação de unidades, quantidades e valores estimados, além de justificar a contratação com fundamento na continuidade dos serviços laboratoriais, na prevenção de desassistência e na proteção à saúde pública.

Consta, ainda, a dotação orçamentária indicada para a contratação, vinculada à manutenção da média e alta complexidade, com classificação econômica relativa a material de consumo, o que se mostra compatível com a natureza dos itens objeto do certame.

A análise jurídica, neste ponto, limita-se à verificação formal da presença dos elementos mínimos exigidos pela legislação, permanecendo sob responsabilidade do setor técnico demandante a adequação das especificações, quantidades e parâmetros de qualidade dos insumos laboratoriais.

### **Do cabimento da modalidade pregão eletrônico e do Sistema de Registro de Preços**

A modalidade pregão mostra-se juridicamente adequada quando o objeto se enquadra como bem ou serviço comum, assim considerado aquele cujos padrões de desempenho e



**ESTADO DO PARÁ**  
**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Assessoria Jurídica do Município**

qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

*Art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021: pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.*

No caso, a aquisição de insumos laboratoriais envolve itens padronizáveis, com especificações técnicas objetivas, unidades de fornecimento e parâmetros de qualidade usualmente encontrados no mercado, razão pela qual se mostra cabível a adoção do pregão eletrônico.

O edital adota o critério de julgamento de menor preço por item, o que se revela compatível com a divisibilidade do objeto e com a possibilidade de participação de licitantes em itens isolados, ampliando a competitividade e permitindo a obtenção de preços mais vantajosos para cada item licitado.

Quanto ao Sistema de Registro de Preços, verifica-se que sua utilização se justifica pela natureza da demanda, que envolve aquisição futura e eventual de insumos laboratoriais em quantidades estimadas, conforme a necessidade da Administração, especialmente em razão da dinâmica de consumo da rede municipal de saúde.

A Lei nº 14.133/2021 admite o Sistema de Registro de Preços para contratações frequentes ou que envolvam quantitativos estimados, permitindo maior racionalidade administrativa, planejamento do consumo e contratação conforme a efetiva necessidade do órgão gerenciador.

### **Da pesquisa de preços e estimativa da contratação**

A estimativa de preços constitui etapa essencial do planejamento da contratação, devendo ser elaborada com base em parâmetros idôneos e compatíveis com os valores praticados no mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

*Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*

Conforme a documentação encaminhada, a Administração realizou pesquisa preliminar e mapa de preços, resultando no valor total estimado de R\$ 886.245,62 (oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Compete ao setor técnico responsável pela pesquisa de preços a aferição da atualidade, pertinência e adequação dos parâmetros utilizados, bem como a compatibilidade dos preços referenciais com os valores praticados no mercado, especialmente diante da diversidade de itens laboratoriais incluídos no certame.

### **Da minuta do edital e das exigências de participação**

A minuta do edital submetida à análise estabelece a modalidade pregão eletrônico, o modo de disputa aberto, o critério de julgamento menor preço por item, o Sistema de Registro de Preços, as regras de credenciamento, participação, apresentação de proposta, habilitação, julgamento, recursos, adjudicação, homologação, penalidades e demais condições aplicáveis



**ESTADO DO PARÁ**  
**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Assessoria Jurídica do Município**

ao certame.

*Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

No que se refere à participação, o instrumento convocatório admite a participação de interessados cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto licitado e prevê a divisão da licitação em itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, o que, em tese, favorece a ampla competitividade.

Quanto à habilitação, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que somente poderão ser exigidos documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto, compreendendo habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, na forma dos arts. 62 a 69.

*Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:*

*I - jurídica;*

*II - técnica;*

*III - fiscal, social e trabalhista;*

*IV - econômico-financeira.*

*(...)*

Recomenda-se, por cautela, que as exigências editalícias relativas à habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, documentação complementar, indicação de marca/modelo e demais requisitos de participação sejam interpretadas e aplicadas em estrita correspondência com a natureza e a complexidade do objeto licitado, evitando-se formalismos excessivos ou restrições que não guardem pertinência direta com a seleção da proposta mais vantajosa. Recomenda-se, ainda, que eventuais falhas formais ou documentais sejam avaliadas à luz da razoabilidade, da competitividade, da isonomia e das diligências saneadoras admitidas pela Lei nº 14.133/2021 e pelo próprio instrumento convocatório, desde que não haja alteração substancial da proposta, inclusão indevida de documento essencial ausente ou prejuízo à Administração e aos demais licitantes.

Tal orientação possui caráter preventivo e busca assegurar que a condução do certame observe os princípios da isonomia, competitividade, razoabilidade, proporcionalidade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo do dever de a Administração exigir a documentação indispensável à segurança da contratação.

Ressalta-se, ainda, que a própria Lei nº 14.133/2021 autoriza a realização de diligências para complementação de informações e saneamento de falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, providência que deve ser utilizada de forma motivada e isonômica quando cabível.

*Art. 64, § 1º. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.*



---

### **Da publicidade do edital e do Portal Nacional de Contratações Públicas**

A publicidade é requisito essencial para a validade e transparência do procedimento licitatório. O edital informa a realização da sessão pública em 15/06/2026, às 09h00, por meio da plataforma eletrônica Licitanet, devendo a Administração assegurar a divulgação do instrumento convocatório e de seus anexos nos meios oficiais competentes.

*Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).*

Recomenda-se, portanto, a manutenção da publicação do edital, anexos e demais atos pertinentes no PNCP e nos demais meios oficiais utilizados pelo Município, observando-se os prazos legais aplicáveis à modalidade pregão eletrônico.

### **Da minuta da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual**

Considerando tratar-se de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, a futura contratação deverá observar a minuta da Ata de Registro de Preços, bem como o instrumento contratual, nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, conforme o caso e nos limites previstos na legislação e no edital.

A Lei nº 14.133/2021 prevê que os contratos administrativos devem conter cláusulas necessárias relativas ao objeto, vinculação ao edital e à proposta, legislação aplicável, regime de execução ou forma de fornecimento, preço, pagamento, prazos, crédito orçamentário, direitos e responsabilidades das partes, sanções, condições de recebimento e demais regras essenciais à execução.

*Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, entre outras, o objeto e seus elementos característicos, a vinculação ao edital e à proposta do licitante vencedor, a legislação aplicável, o regime de execução ou a forma de fornecimento, o preço e as condições de pagamento, os prazos, o crédito orçamentário, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e o modelo de gestão do contrato.*

Assim, a minuta contratual e a Ata de Registro de Preços devem permanecer compatíveis com o Termo de Referência e com o edital, especialmente quanto aos prazos, forma de fornecimento, condições de entrega, fiscalização, pagamento, sanções e obrigações da contratada.

### **Da adequação geral do procedimento**

Da análise jurídica dos documentos apresentados, observa-se que o procedimento adota modalidade compatível com o objeto, critério de julgamento adequado à aquisição de itens individualizados e instrução preparatória composta pelos documentos essenciais, sem prejuízo da responsabilidade dos setores competentes quanto à adequação técnica das especificações, quantitativos, estimativa de preços e disponibilidade orçamentária.

A contratação pretendida atende a interesse público relevante, pois os insumos laboratoriais são necessários à continuidade dos serviços de saúde, à realização de exames clínicos e ao suporte diagnóstico da rede municipal, o que justifica a adoção de procedimento licitatório voltado à seleção da proposta mais vantajosa e à formação de ata de registro de preços.





**ESTADO DO PARÁ**  
**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU**  
**PODER EXECUTIVO**  
**Assessoria Jurídica do Município**

---

### **III- CONCLUSÃO**

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos, mercadológicos, orçamentários e o juízo de conveniência e oportunidade da Administração, opina-se pela possibilidade jurídica de prosseguimento do Pregão Eletrônico SRP, Processo Administrativo nº 085/2026, cujo objeto é a aquisição de insumos laboratoriais, desde que mantida a regularidade dos documentos de planejamento, da dotação orçamentária, da autorização da autoridade competente, da publicidade do edital e da condução do certame conforme a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 004/2024, a Lei Complementar nº 123/2006 e as condições do instrumento convocatório.

Recomenda-se, ainda, que a Administração observe, durante a sessão pública e nas fases de julgamento e habilitação, os princípios da isonomia, competitividade, razoabilidade, proporcionalidade, formalismo moderado, julgamento objetivo, motivação dos atos administrativos e seleção da proposta mais vantajosa, utilizando as diligências saneadoras cabíveis quando não houver prejuízo à Administração ou aos demais licitantes.

Após a homologação, recomenda-se a adoção das providências de publicidade legal, especialmente quanto à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e demais meios oficiais cabíveis, bem como a formalização da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos decorrentes, conforme necessidade administrativa e disponibilidade orçamentária.

S.M.J, é o parecer.

Vitória do Xingu/PA, 27 de maio de 2026.

**PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS**

Assessor Jurídico do Município

OAB/PA 30.994